



**Tramitação editorial**

**Data de submissão:** 15/10/2020

**Data do aceite:** 28/10/2020

**Data de reformulação:** 02/11/2020

**Data da publicação:** 03/11/2020

**DOI:** <https://doi.org/10.5281/zenodo.4241553>  
**Publicado:** 03/11/2020

**INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM DOMICÍLIOS COM ADOLESCENTES E A RELAÇÃO DESSES INDIVÍDUOS COM A FOME, ACESSIBILIDADE E QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO**

*FOOD AND NUTRITIONAL INSECURITY IN HOUSES WITH ADOLESCENTS AND THE RELATIONSHIP OF THESE INDIVIDUALS TO HUNGER, ACCESSIBILITY AND QUALITY OF FOOD*

*INSEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL EN CASAS CON ADOLESCENTES Y RELACIÓN DE ESTAS INDIVIDUOS CON EL HAMBRE, LA ACCESIBILIDAD Y LA CALIDAD DE LOS ALIMENTOS*

*Lorrane Cleofas Alves<sup>1</sup>  
Renata Costa Fortes<sup>2</sup>  
Antônio José de Rezende<sup>3</sup>*

**Resumo**

A segurança alimentar e nutricional é tida como o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem comprometer

<sup>1</sup> Graduanda em Nutrição da Universidade Paulista, Campus Brasília – DF. CV: <http://lattes.cnpq.br/638859641640579>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6378-6459>. E-mail: [lorrane.cleofas@gmail.com](mailto:lorrane.cleofas@gmail.com).

<sup>2</sup> Professora Doutora em Nutrição da Universidade Paulista, Campus Brasília –DF. CV: <http://lattes.cnpq.br/5453042571253174>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0583-6451>. E-mail: [renata.fortes@docente.unip.br](mailto:renata.fortes@docente.unip.br)

<sup>3</sup> Mestre em Ciências Agrárias pela Universidade de Brasília. CV: <http://lattes.cnpq.br/4231297650114188>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3814-5814>. E-mail: [antonio.rezende1@docente.unip.br](mailto:antonio.rezende1@docente.unip.br).

o acesso as outras necessidades essenciais, tendo como base práticas promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e socialmente sustentável. O objetivo deste estudo foi investigar a insegurança alimentar e nutricional em domicílios com adolescentes e a sua relação com a fome, acessibilidade e qualidade da alimentação. Tratou-se de um estudo transversal descritivo realizado no período de outubro a novembro de 2019. Foram aplicados a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), a Escala da Fome e o Questionário de Frequência Alimentar (QFA) por meio do formulário do Google Forms em 31 domicílios com adolescentes. Observou-se que 38,7% (n = 12) dos domicílios apresentavam segurança alimentar, 54,8% (n = 17) insegurança alimentar leve, 6,5% (n = 2) insegurança alimentar moderada e nenhum (0%) domicílio com insegurança alimentar grave. Esses resultados apontam elevada prevalência de insegurança alimentar nos domicílios de adolescentes (61,3%, n = 19), o que reforça a necessidade de maiores esforços nas políticas públicas para superação desse lastimável quadro de insegurança alimentar e nutricional.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar e Nutricional; Características de Residência; Política Pública; Direitos Humanos.

### **Abstract**

*Food and nutrition security is seen as the right of everyone to regular and permanent access to quality food in sufficient quantity, without compromising access to other essential needs, based on health-promoting practices that respect cultural diversity and that are: socially, economically and socially sustainable. The aim of this study was to investigate food and nutritional insecurity in households with adolescents and their relationship with hunger, accessibility and quality of food. It was a cross-sectional descriptive study carried out from October to November 2019. The Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA), the Hunger Scale and the Food Frequency Questionnaire (FFQ) were applied through the Google Forms form. in 31 households with adolescents. It was observed that 38.7% (n = 12) of the households had food security, 54.8% (n = 17) mild food insecurity, 6.5% (n = 2) moderate food insecurity and none (0%) home with severe food insecurity. These results point to a high prevalence of food insecurity in the homes of adolescents (61.3%, n = 19), which reinforces the need for greater efforts in public policies to overcome this pitiful picture of food and nutritional insecurity.*

**Keywords:** Food and Nutritional Security; Residence Characteristics; Public Policy; Human Rights.

### **Resumen**

*La seguridad alimentaria y nutricional es vista como el derecho de toda persona al acceso regular y permanente a alimentos de calidad en cantidad suficiente, sin comprometer el acceso a otras necesidades esenciales, basado en prácticas promotoras de la salud que respeten la diversidad cultural y que sean: social, económica y socialmente sostenible. El objetivo de este estudio fue investigar la inseguridad alimentaria y nutricional en hogares con adolescentes y su relación con el hambre, la accesibilidad y la calidad de los alimentos. Se trata de un estudio descriptivo transversal realizado de octubre a noviembre de 2019. Se aplicaron la Escala Brasileña de Inseguridad Alimentaria (EBIA), la Escala del Hambre y el Cuestionario de Frecuencia Alimentaria (FFQ) a través del formulario Google Forms. en 31 hogares con adolescentes. Se observó que 38,7% (n = 12) de los hogares tenían seguridad alimentaria, 54,8% (n = 17) inseguridad alimentaria leve, 6,5% (n = 2)*

*inseguridad alimentaria moderada y ninguna (0%) hogar con inseguridad alimentaria severa. Estos resultados apuntan a una alta prevalencia de inseguridad alimentaria en los hogares de los adolescentes (61,3%, n = 19), lo que refuerza la necesidad de mayores esfuerzos en las políticas públicas para superar este lamentable panorama de inseguridad alimentaria y nutricional.*

**Keywords:** Seguridad Alimentaria y Nutricional; Características de la Residencia; Política Pública; Derechos Humanos.

## Introdução

A Segurança Alimentar, a partir do conceito da Segunda Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, é definida como: “o direito de todos ao acesso regular e permanente, a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam: social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (CASTRO, 2019, BEZERRA; OLINDA; PEDRAZA, 2017, LOSAN, 2006).

Observa-se, com o passar dos anos, uma melhoria e diminuição nas desigualdades sociais, mas mesmo com essa evolução ainda é prevalente o quadro de pessoas em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN). A IAN incide na sensação de preocupação e/ou angústia pela incerteza do alimento estar disponível diariamente, no convívio com a fome e no consumo de uma dieta precária em termos de qualidade nutricional, monótona e insuficiente para suprir as necessidades individuais (BRITO et al., 2020).

A alimentação é entendida como direito de todos, é ditada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e depois por outros órgãos nacionais e internacionais. No Brasil, o Direito Humano a Alimentação foi levado em consideração no ano de 1992, onde foi subscrito no Pacto Internacional do Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e empregado pela Resolução n2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de dezembro de 1966 (FIORE et al., 2012).

Logo após se dar a devida importância a esse direito é que se menciona sobre os conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional previsto também pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional- LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 (FIORE et al., 2012, BRASIL, 2006). Para garantir uma alimentação adequada é necessário se atentar às preferências alimentares, ao perfil de alimentação, aos hábitos alimentares principalmente adquiridos na infância e na adolescência e que possuem impacto na vida adulta. Adolescentes passam por uma fase de inúmeras transformações que têm como base o ambiente familiar e escolar, a sociedade e cultura, as amizades, a experiência de vida, o aprendizado próprio e todo o ambiente no qual ele possa estar inserido (PNSE, 2016).

É de se destacar a importância de fortalecimento do vínculo familiar na prevenção de riscos à saúde dos jovens e adolescentes, pois este elo reflete diretamente nos seus hábitos alimentares, na auto percepção, nas preocupações individuais sobre a saúde, nas escolhas e nos valores, bem como no desenvolvimento psicossocial (PNSE, 2016).

Hábitos errôneos ao se alimentar durante a infância e adolescência podem acarretar risco para diversas doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) na fase adulta, destacando-se a obesidade e suas comorbidades. Há achados na literatura que, nesta faixa etária, prevalecem os hábitos alimentares menos saudáveis,

especialmente nas classes sociais mais favorecidas devido à uma alimentação rica em gorduras, sódio e açúcares e deficientes em frutas e hortaliças (LEVY et al., 2010). O consumo de álcool, cigarro e outras drogas também são considerados importantes fatores de risco.

Quando se trata das classes sociais menos favorecidas, observa-se um consumo maior de arroz e feijão. Sobre a formação de hábitos alimentares é de suma importância frisar que é um caminho a ser percorrido desde as escolhas alimentares até o ato de comer, seja com familiares e/ou amigos, em frente à televisão, sozinhos ou em *fast foods* (RODRIGUES, 2005).

O mundo inteiro tem promovido debates sobre a fome, por ser um tema muito complexo e de bastante abrangência. Destaca-se aqui a má nutrição e a insegurança alimentar, visto que existe relação entre essas definições. A fome pode acarretar a desnutrição, mas nem toda desnutrição é reflexo de insuficiência energética. A desnutrição tem mais relação com a pobreza do que com a fome, mas ambas são vistas como uma ameaça a vida (RODRIGUES, 2005).

Populações com baixo poder aquisitivo, são munidas de poucas condições para adquirir alimentação que possa suprir toda a carência nutricional, mesmo quando não estão em situação de fome. A fome é considerada um problema social que vem da ausência de consumo alimentar, com dignidade e continuidade (RODRIGUES, 2005).

O objetivo deste estudo foi investigar a insegurança alimentar e nutricional em domicílios com adolescentes e a sua relação com a fome, acessibilidade e qualidade da alimentação.

## **Métodos**

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Paulista (UNIP), Campus Indianópolis-SP, sob o parecer número 3656378 e Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) número 16625319.0.00005512.

Tratou-se de um estudo transversal descritivo realizado no período de novembro a dezembro de 2019 por meio de uma amostra de domicílios onde residiam adolescentes. Foram incluídos no estudo indivíduos maiores de 18 anos responsáveis pelos adolescentes aptos a responder os questionários e, excluídos indivíduos iletrados que não tinham a possibilidade de responder os questionários.

Todos os indivíduos que se enquadraram nos critérios de elegibilidade estavam de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aceitaram participar do presente estudo. O formulário do Google Forms enviado online continha informações detalhadas a respeito do objeto de estudo e as ferramentas a serem utilizadas, bem como a garantia do anonimato e sigilo das informações pessoais, visando evitar o constrangimento por parte do participante, de acordo com a Resolução número 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) foi utilizada para avaliar a situação de insegurança alimentar dos domicílios com adolescentes, onde constitui-se por uma escala psicométrica, que faz avaliação de forma direta com uma das proporções de segurança alimentar e nutricional em uma população de acordo com a compreensão e experiência com a fome. A EBIA é constituída por 15 questões com duas dimensões (sim ou não), que relatam a percepção de insegurança alimentar referente aos 3 meses anteriores a entrevista (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2014).

Utilizou-se o Questionário de Frequência Alimentar (QFA) a fim de averiguar a qualidade da alimentação dos indivíduos residentes no domicílio. É um instrumento comumente aplicado em estudos epidemiológicos com o intuito de obter informações dietéticas, principalmente quando se trata de grupos com DCNT (MANNATO, 2013).

Aplicou-se a escala da fome com o objetivo de avaliar a sensação de fome dos participantes. Todos os instrumentos dessa pesquisa foram agregados por meio de formulário do Google Forms, a fim de viabilizar a coleta de dados em tempo hábil e maior custo-benefício e, principalmente, para maior proteção aos participantes do estudo devido à pandemia da COVID-19.

A análise de dados foi realizada a partir do software Microsoft® Excel 2016 no qual foram formulados os dados com medidas quantitativas de insegurança alimentar e utilizou-se também o Google Forms que dispõe os resultados com cálculos de porcentagem e gráficos.

## Resultados

A amostra foi composta por 31 domicílios onde residiam adolescentes, sem discriminação de sexo ou idade para os participantes do presente estudo, onde o único critério aplicado era que fosse alguém responsável pelas compras do domicílio e pelo adolescente.

Ao analisar a preocupação de que a comida da casa pudesse acabar antes que a família tivesse condições para aquisição dos gêneros alimentícios, observou-se o predomínio de 35,5% (n=11) de respostas positivas.

Em relação aos suprimentos, 30% (n=9) referiram que a comida havia acabado antes que a família tivesse dinheiro para comprar os gêneros alimentícios. Já, na questão sobre estar sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada, 46,7% (n=14) informaram que sim.

Quando questionados se tiveram que se basear em poucos tipos de alimentos para alimentar os moradores menores de 18 anos devido à falta de dinheiro, 37,5% (n=9) das respostas foram positivas.

Em relação à redução de alimentos nas refeições devido à limitação financeira, esse aspecto foi negativo em 95,5% (n=21) dos casos. E, 13,6% (n=3) dos participantes informaram que em algum momento alimentaram em quantidades inferiores porque não tinham dinheiro suficiente para obter os insumos.

Ao questionar a sensação de fome com a falta simultânea da ingestão alimentar devido à dificuldade financeira para aquisição de alimentos, 9,1% (n=2) referiram positivamente. Nenhum participante informou que havia perdido peso e que ficou sem se alimentar o dia inteiro ou com apenas uma refeição ao dia por falta de dinheiro.

Ao questionar se não podia oferecer uma alimentação saudável e variada a algum morador menor de 18 anos por falta de dinheiro, 33,3% (n=5) deram respostas positivas. A questão sobre algum morador menor de 18 anos não comer em quantidade suficiente, pois não havia dinheiro para comprar comida foi negada por 94,7% (n=18) dos participantes.

Quando indagado se alguma vez foi necessário diminuir a quantidade de alimentos de algum morador menor de 18 anos porque não havia dinheiro suficiente para comprar suprimentos, 13,3% (n=2) relataram que sim. Não houve resposta positiva ao averiguar se alguma vez algum adolescente deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar os alimentos.

Evidenciou-se que nenhum morador menor de 18 anos teve fome, pois não tinha como comprar mais comida. E, 95% (n=19) dos participantes deram respostas negativas quando questionados se algum morador menor de 18 anos teve apenas

uma refeição ao dia, ou ficou sem comer por um dia inteiro, pois não havia dinheiro para comprar comida.

Observou-se que 12 (38,7%) domicílios apresentavam segurança alimentar, 17 (54,8%) insegurança alimentar leve, 2 (6,5%) insegurança alimentar moderada e nenhum (0%) domicílio com insegurança alimentar grave.

Quanto a avaliação da sensação de fome, observou-se que 58% (n=18) dos indivíduos relataram sensação de início da fome, que sofriam variação até sensação de estar faminto, fraco e tonto. Em contrapartida, 42% (n=13) dos participantes relataram satisfação, sem fome e não se sentirem “cheios” (saciados) que pode variar até estarem com dor de estômago e tão “cheio” a ponto de se sentir mal.

A respeito da qualidade da alimentação por domicílio, constatou-se que 13 (41,9%) comiam arroz pelo menos duas vezes ou mais por dia (figura 1), 11 (35,4%) comiam macarrão pelo menos uma vez por mês (figura 2), 9 (29%) nunca comiam biscoito cream cracker/sem recheio (figura 3), 13 (41,9%) comiam pipoca pelo menos uma vez por mês (figura 4), 6 (19,3%) comiam alface uma vez por dia (figura 5), 8 (25,8%) consumiam chuchu de uma a três vezes por mês (figura 6).

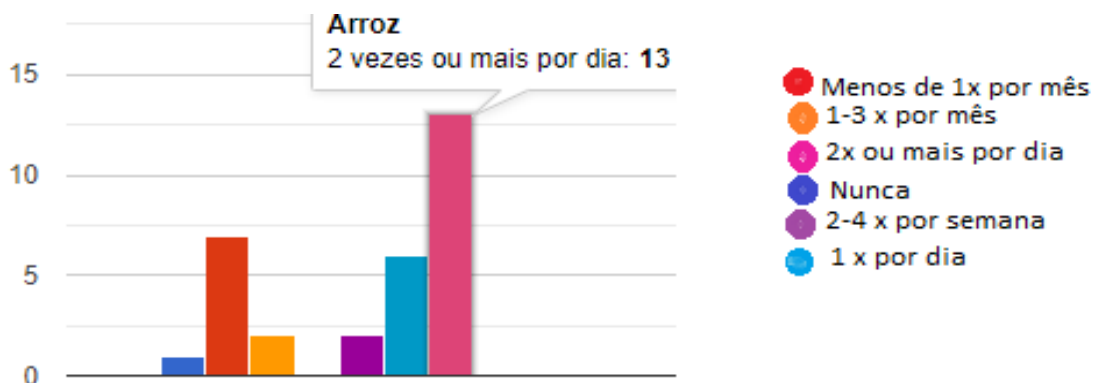


Figura 1: Frequência alimentar do consumo de arroz por adolescentes.

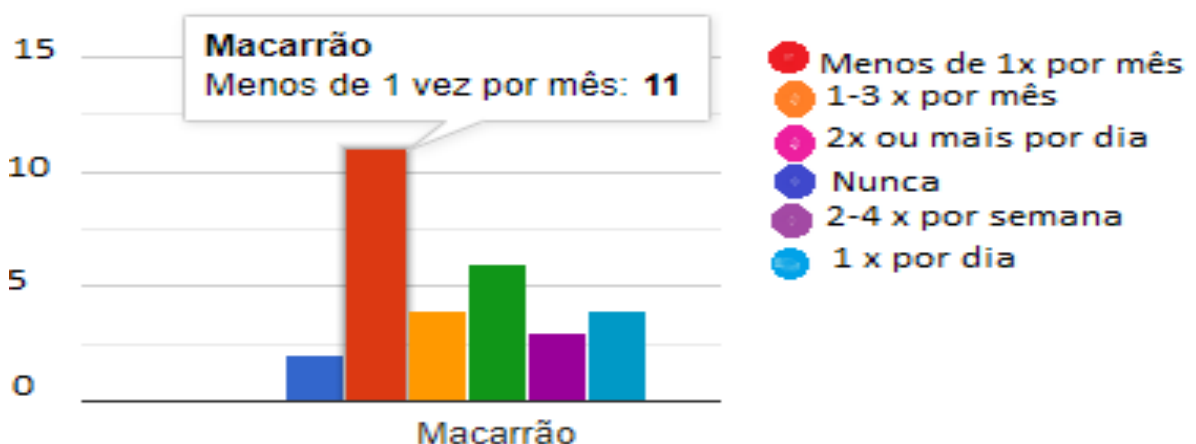


Figura 2: Frequência alimentar do consumo de macarrão por adolescentes.

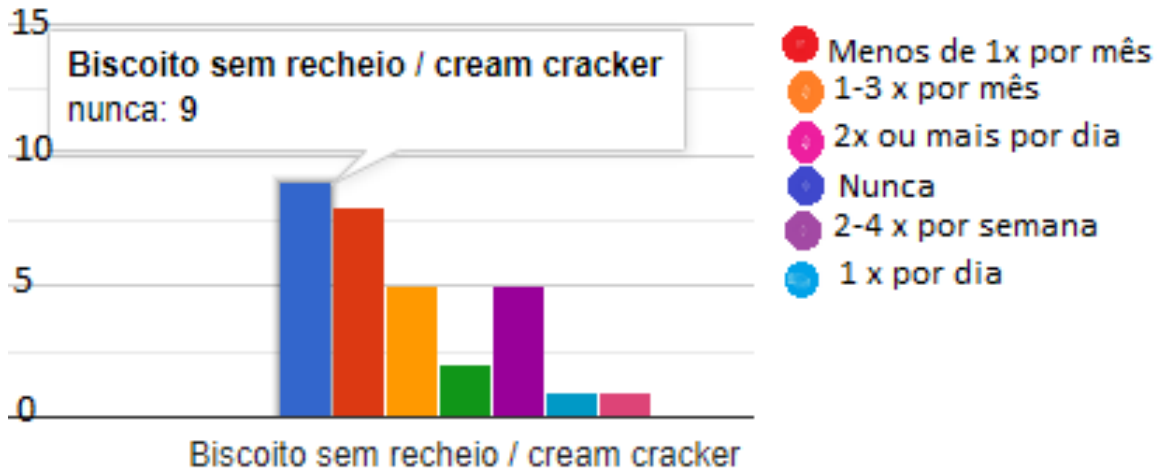


Figura 3: Frequência alimentar do consumo de biscoito “cream-cracker” por adolescentes.

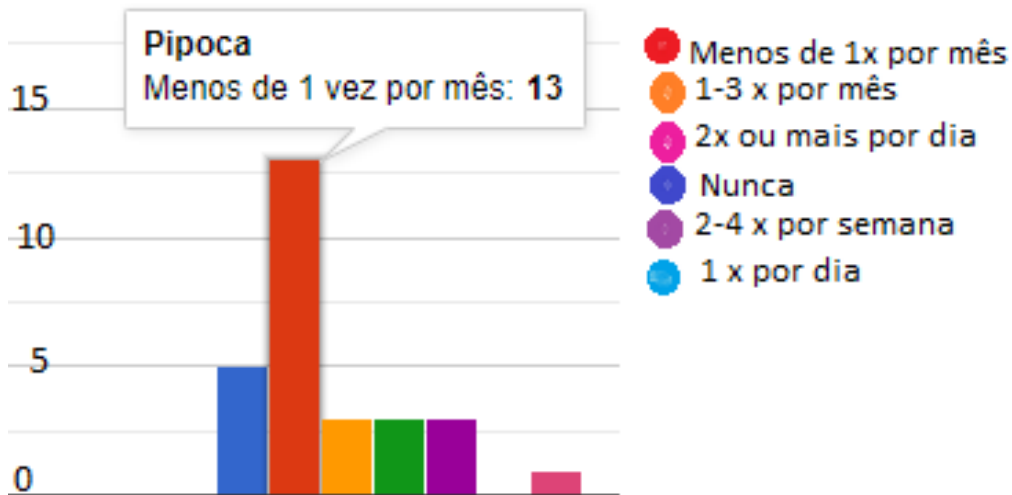


Figura 4: Frequência alimentar do consumo de pipoca por adolescentes.

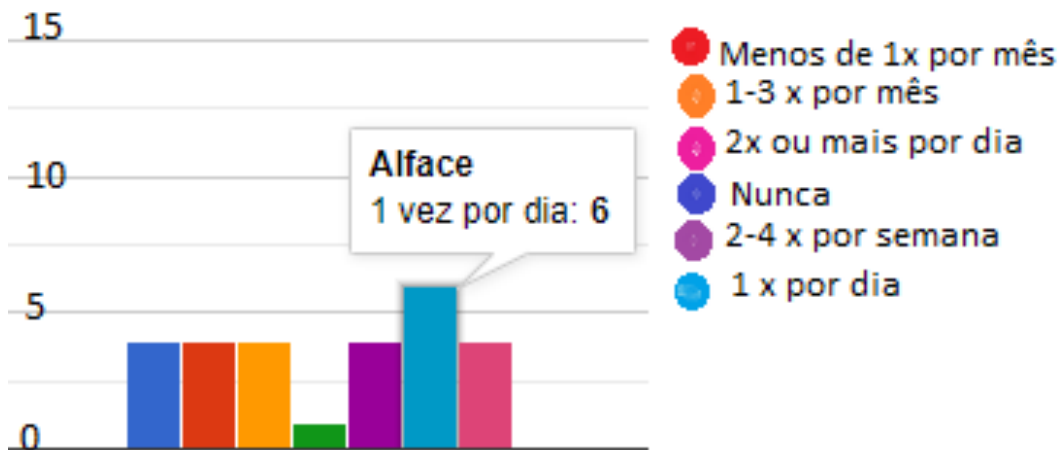


Figura 4: Frequência alimentar do consumo de alface por adolescentes.

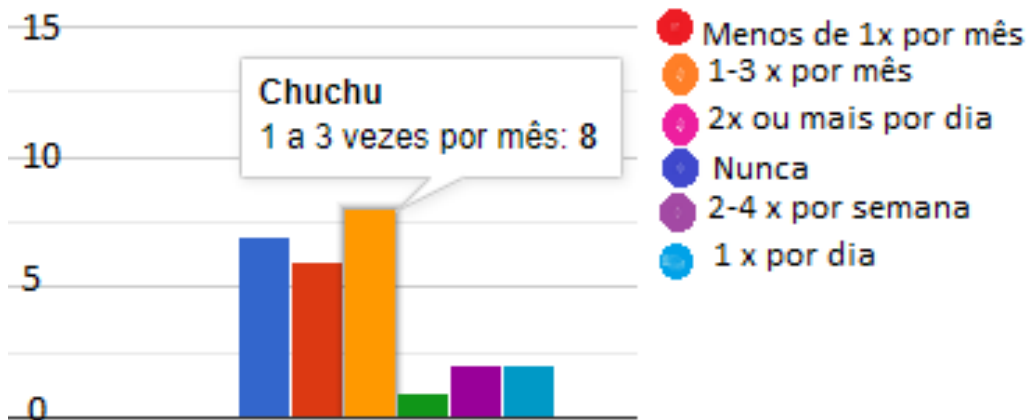


Figura 4: Frequência alimentar do consumo de chuchu por adolescentes.

### Discussão

Observa-se, no presente estudo, uma alimentação com escassez de variedade ao longo do mês que pode ser explicada pela falta de recursos financeiros para manutenção de uma alimentação equilibrada. Isto pode explicar a elevada prevalência de adolescentes em situações de insegurança alimentar e nutricional, visto que não caracteriza uma alimentação diversificada em todos os dias do mês e em todas as refeições.

Logo, evidencia-se uma alimentação de baixa qualidade, no qual sofre relação direta com IAN devido à privação alimentar e obstáculos financeiros que afetam a diversidade permanente para a subsistência das refeições diárias.

A IAN pode ser vista em situações de alimentação insuficiente (fome a desnutrição) e, também, em situações de agravos à saúde decorrentes de uma alimentação inadequada (sobrepeso, obesidade e carências específicas) (TRIVELLATO et al., 2019).

A segurança alimentar é evidenciada quando todos os indivíduos possuem condições físicas, econômicas e acesso social a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, em todos os momentos, no intuito de atender às suas necessidades



alimentares, assim como as preferências alimentares para uma vida ativa e saudável (INGRAN, 2020).

Qualquer que seja o nível de IAN caracteriza o indivíduo a uma alimentação que não oferece segurança alimentar; ou seja, não dispõe dos conceitos da segurança alimentar, onde é preconizado como um direito de acesso regular a permanente a uma alimentação saudável com qualidade e quantidade suficiente e que mantenha o respeito pelas adversidades culturais abrangendo a sustentabilidade como um todo.

Segundo Guerra et al. (2013), nos domicílios que residiam adolescentes entre 10 a 19 anos uma prevalência relativamente alta de IAN (51,8%) estava presente. No presente estudo, prevalência mais elevada de IAN (61,3%) foi evidenciada.

Em uma revisão sistemática de 12 estudos, Trivellato et al. (2019) observaram associação entre a EBIA e questionários socioeconômicos para avaliar a IAN. O aspecto nutricional pela antropometria foi abordado em cinco estudos, porém, sem associação com a IAN. A ingestão alimentar foi avaliada por quatro estudos que observaram associação. Os autores também encontraram alta prevalência de IAN no meio rural em relação à população analisada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD entre 2009 e 2013, sendo elevada a prevalência de IAN grave.

Em um estudo com a participação de 150 adultos de uma comunidade carente de São Luís - MA cuja situação de IAN foi avaliada com auxílio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, a prevalência de IAN foi de 94% (n=141), sendo elevada entre os indivíduos investigados e associada à menor renda (BRITO et al., 2020).

Não houve, no presente estudo, discriminação de sexo, cor ou etnia, subjugando que a insegurança alimentar não seleciona seu público-alvo, ela pode afetar qualquer indivíduo que esteja à mercê da sociedade e não seja provido de recursos para aquisição de alimentos variados.

De acordo com Bezerra, Olinda e Pedraza (2017), nas últimas dezenas anuais, por todo o mundo, têm aumentado as investigações sobre Segurança Alimentar e Nutricional, dando ênfase sobre a investigação de populações com maior vulnerabilidade a fome, o que determina esse quadro e suas consequências para a saúde e bem-estar.

Mesmo com todo esse avanço, pesquisas em localizações mais específicas como no Brasil ainda são muito raras, visto que esse tipo de investigação, de forma mais aprofundada e com grandes populações, implica em alto custo.

## **Conclusão**

Os resultados apontam elevada prevalência de insegurança alimentar leve e moderada nos domicílios de adolescentes e ausência de insegurança alimentar grave no Distrito Federal, o que reforça a necessidade de maiores esforços nas políticas públicas para superação desse lastimável quadro de insegurança alimentar e nutricional.

Tendo em vista que esses resultados reforçam a necessidade de implementação de Políticas Públicas favoráveis à adoção de hábitos alimentares saudáveis, torna-se imprescindível a realização de estudos adicionais e maiores esforços governamentais.

## Referências

BEZERRA, T.A., OLINDA, R.A., PEDRAZA, D.F. Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 22, n. 2, p. 637-651, 2017.

BRASIL. LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. LEI ORGÂNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a fim de assegurar direito humano à alimentação adequada para toda população brasileira. Brasília, DF: Diário Oficial da União; 18 Set. 2006.

BRITO, A.P. et al. Fatores associados à insegurança alimentar e nutricional em comunidade carente. **Rev Bras Promoç Saúde.**, v.33, p.1-11, 2020.

CASTRO, I.R.R. A dissolução do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda alimentar e nutricional. **Cafajeste. Saúde Pública**, v. 35, n. 2, p.1-4, 2019.

FIGLIARO, E.G., et al. Abordagem dos temas alimentação e nutrição no material didático do ensino fundamental: interface com segurança alimentar e nutricional e parâmetros curriculares nacionais. **Saúde Soc.**, v.21, n.4, p.1063-1074, 2012.

INGRAM, J. Nutrition security is more than food security. **Nat. Food.**, v.1, n.2, p.1-2, 2020.

LEVY, R.B, et al. Consumo e comportamento alimentar entre adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), **Ciênc. saúde coletiva**; v.15, n.2, p.3085-3097, 2010.

MANNATO, L.W. Questionário de frequência alimentar Elsa-Brasil: proposta de redução e validação da versão reduzida, Vitória ES, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/5508>. Acesso em: 25 Out. 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME; Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional; 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>. Acesso em: 18 Fev. 2020.

PNSE - PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR. Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro; IBGE, 2015/2016.

RODRIGUES, L.R. A fome no Brasil: elementos sobre configurações e formas de enfrentamento. São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina\\_PGPP/Trabalhos2/Leide\\_Rejane.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Leide_Rejane.pdf). Acesso em: 13 Jul. 2020.

TRIVELLATO, P.T. et al. Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 24, n. 3, p. 865-874, 2019.